

Apoio da Ucrânia pode dobrar poder do foguete brasileiro

SALVADOR NOGUEIRA
da Folha de S.Paulo

O acordo de cooperação entre Ucrânia e Brasil pode acabar dando impulso reforçado ao projeto de duplicação da capacidade de carga do foguete lançador nacional, o VLS. A afirmação é de Luiz Bevilacqua, presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB).

Ele esteve ontem no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP, em São Paulo, na primeira de uma série de visitas a universidades para reforçar a integração entre os cientistas dessas instituições e o programa espacial brasileiro.

A fim de viabilizar esse intercâmbio renovado com a academia, Bevilacqua diz que tem por objetivo triplicar o orçamento da AEB nos próximos quatro anos. Atualmente, ele gira em torno de US\$ 40 milhões anuais.

Um dos carros-chefe do programa espacial é o lançador de satélites. Atualmente, o VLS-1 (primeiro modelo da série) é composto por quatro estágios, todos com combustível de propulsão sólida --mais simples e com impulso menos duradouro. Até agora dois lançamentos foram realizados, em 1997 e 1999, os dois malogrados. Um terceiro lançamento está marcado para agosto.

Segundo as especificações, o VLS-1 pode inserir um satélite de até 300 kg numa órbita terrestre baixa (300 km a 700 km de altitude). O programa prevê a criação de um novo modelo, o VLS-2, com capacidade de 600 kg.

O novo foguete já existe no papel, em estágio preliminar, mas os trabalhos efetivos no VLS-2 só vão começar depois que a primeira versão tiver feito três vôos com sucesso. Quando isso acontecer, o segredo para expandir a capacidade do foguete será desenvolver tecnologia de combustível líquido -- algo que a Ucrânia domina.

O acordo atual prevê o trabalho conjunto de engenheiros brasileiros e ucranianos na realização das adaptações necessárias ao foguete Cyclone-4 para uso a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, no Maranhão. Bevilacqua aposta que esse trabalho pode ajudar o Brasil a adquirir (ou desenvolver, com alguma ajuda externa, direta ou indireta) a tecnologia de propulsão líquida.

Embora o MCT prometa viabilizar o uso comercial de Alcântara somente com o acordo ucraniano, muitos especialistas são céticos quanto às possibilidades de desenvolver a base sem um acordo com outros países, em especial os EUA, para o lançamento de satélites. De toda maneira, do ponto de vista de evolução do programa espacial brasileiro, a iniciativa conjunta Brasil-Ucrânia

(que tem uma longa história, com princípio em 1999) pode vir bem a calhar.

Durante sua visita ao IAG-USP, Bevilacqua enfatizou a necessidade de continuar os projetos iniciados na gestão anterior. "São bons projetos, então por que haveríamos de pará-los?"

Isso inclui o VLS, os programas de satélite (como o Satélite de Coleta de Dados e o Cbers, com a China), o desenvolvimento do centro de Alcântara e a participação brasileira na ISS (Estação Espacial Internacional).

Entre os dias 16 e 18, representantes brasileiros estiveram em Houston para discutir com a Nasa (agência espacial americana) os novos termos da participação brasileira no complexo orbital. "Temos agora uma lista de equipamentos, e agora poderemos chegar nos americanos e dizer o que podemos fazer e o que não podemos", disse Bevilacqua.

Quanto à verba envolvida na renegociação da parte brasileira, o presidente da AEB diz que só vai se manifestar após a divulgação do Plano Plurianual, em agosto. Existe a expectativa de que os recursos fiquem na faixa de US\$ 10 milhões a US\$ 20 milhões anuais, nos próximos quatro anos.